



Caminhos de Tígueres entre fraturas coloniais e imperiais em Santo Domingo, República Dominicana

Victor Miguel Castillo de Macedo¹

Resumo

A avenida 27 de Febrero é um marco urbanístico que define espacial e temporalmente a cidade de Santo Domingo, capital da República Dominicana. Seu traçado e alcance foram inspirados no chamado “corredor norte-americano” produzido durante a ocupação imperial que breçou a revolução de 1965 no país. A partir de pesquisa de campo entre ex-combatentes revolucionários, proponho nesse trabalho seguir os passos e caminhos que contrapõem a lógica de planejamento urbano que ordenou o espaço da cidade a partir da avenida. O período autoritário de doze anos que sucede a revolução, foi um preâmbulo da tragédia a longo prazo. Fratura imperial, colonial e autoritária, a avenida atravessa a cidade. Os ex-combatentes que conheci, fazem, por sua vez, caminhos pedestres em que narram sua atuação revolucionária, recriando seus dias de jovens ou tígueres pela cidade de Santo Domingo. Os espaços e lugares por onde anda(m)vam são acionados a cada passo como solos cronotópicos dotados de enredos contra-hegemônicos. As redes de amizade e afeto traçadas em espaços como os colmados (botecos/mercearias) desbordam em circuitos de compartilhamento que alcançam as redes sociais do digital. Em paralelo, a marcha do tempo-espaço neoliberal se expande gentrificando antigas zonas revolucionárias, e controlando o fluxo enfileirado dos engarrafamentos da avenida símbolo da modernidade dominicana. O exercício deste experimento busca evidenciar os futuros-passados que habitam alguns desses caminhos fugidios. Estariam em vias de desaparecimento? Que marcas eles deixam? De que formas eles espacializam histórias contra-hegemônicas? Que outras histórias a acidental topografia de Santo Domingo contém?

Palavras-chave: Espacialidades, Revolução, Planejamento Urbano, Contracartografias.

¹ Pesquisador de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – UFRJ. Trabalho desenvolvido no escopo do projeto “Espaço e Revolução na cidade de Santo Domingo: Cronotopos da guerra de 1965” financiado pela FAPESP (processo 2021/05444-0) com a supervisão de João Felipe Gonçalves.

“É impossível objetificar, inventar algo sem “contrainventar” o seu oposto.”
Roy Wagner

Introdução

Tratar dos caminhos que fiz e conheci durante minha última estada de campo de quase cinco meses na República Dominicana, no ano de 2019, é hoje algo muito longínquo. Apesar da distância temporal e espacial, estive ligado afetivamente e conectado às pessoas que compartilharam suas experiências comigo. Foi graças às novas mídias, que meu campo parece ter se estendido desde aquela estada. Entendi nesse processo que suas práticas *contracartográficas* reformulam, reiteram e reverberam acontecimentos dos anos 1960. Mais especificamente, a Revolução de 1965 na República Dominicana.

Antes de me debruçar sobre as fraturas coloniais/imperiais e seus refúgios, quero aproveitar esta introdução para não só explicitar o itinerário do texto, como apresentar noções que compõem a dominicanidade encontrada na cidade de Santo Domingo. Tratarei de modo discreto da forma como elas se relacionam com o contexto da revolução de 1965.

Talvez a mais importante delas para esta conversa seja a noção de *tíguere*². A despeito de diversas interpretações sociais e literárias feitas a respeito do caráter intrinsecamente misógino e machista da expressão, meu enfoque aqui se restringe a três abordagens específicas: a recente análise de Kyrstin Andrews sobre as disposições tígueres de peixes no contexto da pesca do norte dominicano (2019); a pesquisa *in loco* de José Moreno, durante a revolução e as descrições de seu convívio com tígueres revolucionários (1970); e, os usos do termo que encontrei entre meus interlocutores (que ressoam aqueles encontrados por Steven Gregory, 2007). Em termos mais gerais, o que entendo por tíguere, ou *tigueraje*, é uma disposição de astúcia dominicana ante situações de controle e opressão. Tígueres, nos anos 1960 eram jovens com tendências delinquentes segundo os padrões da época, que eram marcadamente negros e de classes populares. Isso não impedia que brancos fossem vistos como tígueres, nem que mulheres e crianças, como se vê até hoje, possam ser chamados de *tigueronas* ou *tigueritos*.

² Como forma de convenção, pretendo marcar em itálico toda palavra em espanhol dominicano utilizada por meus interlocutores na primeira vez que ela aparece. Para facilitar o fluxo de leitura, essas palavras não voltarão a ser marcadas.

Ao contrário das interpretações de Christian Krohn Hansen (1996), Dixa Ramírez (2017) e Lauren (Robin) Derby (2009), não creio que se trate somente de machismo. Baseados em parte dos parâmetros criados por Lipe Collado na obra “El tíguere dominicano” (1992), que procuram convencionalizar aquilo que se entende por tíguere, estes autores seguem a doxa que relaciona o termo ao homem mulherengo. O tíguere mais poderoso já conhecido, segundo essa mesma lógica, seria o ditador Rafael Leónidas Trujillo (que ficou trinta anos no poder (1930-1961).

Vindo das camadas baixas, a escalada social que ele alcançou via patentes militares o seria o indicativo de que se trata de um grande *tiguerazo*. Sobretudo pela lista sem número de mulheres que abusou e explorou sexualmente. No entanto, a confusão dos intérpretes de Collado, que seletivamente ignoram o seu endosso no caráter coletivo de classe e raça atrelado ao termo contribuiu para silenciar os usos cotidianos do termo e ressaltar a astúcia do ditador facínora. Afinal, o tíguere sabe coisas, não só escapa das opressões. E mais, tígueres podem andar em grupos.

Por outro lado, há uma consonância entre o que encontrei entre ex-combatentes, o que Kyrstin Andrews chama a atenção e o que José Moreno viu durante a revolução. A começar com os peixes tígueres, expressão utilizada entre pescadores da região de Monte Cristi, no noroeste dominicano. O tipo de pesca praticado (de arpão) permite aos pescadores uma interação com os marlins que é direta. Os peixes sempre esperam o último minuto para escapar de vez do ataque humano, disfarçando suas intenções. Esta disposição de astúcia que remonta de certa forma a ideia de uma “arte do fraco” (Certeau, 1998, p.101) ou as “armas dos fracos” (Scott, 2011[1985]), fala sobre contextos de distribuição desigual de poder. Se os peixes podem pouco contra a pesca de arpão, os jovens negros dominicanos das classes populares tampouco podiam muito contra o exército norte-americano.

José Moreno (1970), por sua vez, chama a atenção para o fato de que os tígueres que encontrou no bairro de San Miguel da capital dominicana, eram grupos de jovens que antes da revolução se reuniam para beber ou sair. Era comum que tígueres de distintos bairros brigassem entre si (numa lógica de gangues). Os de San Miguel eram chamados de *migueletes*, os do bairro de San Carlos, *sancarleños*, os da Villa Consuelo *los de*

villacon e assim por diante³. O tigueraje era territorializado. No entanto, durante a revolução esses mesmos grupos se reuniram (quase replicando a lógica da segmentariedade Nuer, descrita por Evans-Pritchard, 2011) para se rebelar contra a ocupação norte-americana. Moreno explica, por exemplo, que alguns deles atacavam à noite, sem camisa, para evitar que fossem avistados pelo exército imperialista.

A revolução que estourou no dia 24 de abril de 1965, foi motivada pelo retorno da constituição de 1963, a primeira democrática da República Dominicana (motivo pelo qual eram chamados de *constitucionalistas*). Iniciada por um grupo de militares de baixa patente, levou milhares de dominicanos às ruas, sobretudo a classe trabalhadora – estivadores e trabalhadores das fábricas às margens do Rio Ozama. Como resposta o governo golpista se utilizou das tropas leais e contou com a chegada, pouco antes de maio de 1965 do exército estadunidense. O desembarque ilegal das tropas imperialistas foi ignorado pela Organização dos Estados Americanos – OEA, que criou uma legenda plurinacional para justificar a ocupação com as Forças Interamericanas de Paz – FIP. Elas foram formadas majoritariamente por estadunidenses (em torno de 40 mil soldados,) e brasileiros (cerca de 1.300), mas contando com contingentes menores de paraguaios, hondurenhos, costarriquenses e salvadorenhos. O acordo de paz assinado em 3 de setembro do mesmo ano não foi o suficiente para a retirada das tropas americanas e brasileiras. Estes ficaram até a conclusão do pleito eleitoral que elegeu o ex-braço direito do ditador Trujillo, Joaquín Balaguer.

Ao fim da revolução, muitos destes ex-combatentes tígueres foram perseguidos nos anos de autoritarismo que se iniciaram em 1966, com Balaguer ao poder. São os caminhos deles que me interessam.

Neste ensaio quero argumentar que os conhecimentos espaciais tígueres, anteriores à revolução e as transformações subsequentes que afetaram Santo Domingo, ainda circulam e permeiam a cidade. Procuro apresentar através de três momentos dando ênfase à algumas situações que encontrei durante o trabalho de campo na República Dominicana. Por isso parto da fratura que a avenida 27 de Febrero produz na cidade de

³ Ao longo do texto eu me refiro a esses bairros como a antiga periferia, uma vez que novas formações de aglomerados urbanos que chamamos de favelas no Brasil, se conformaram na passagem dos anos 1970/1980 no extremo noroeste e nordeste da cidade.

Santo Domingo, e as percepções de meus interlocutores. Num segundo momento me volto à conformação da cidade para demonstrar como formas coloniais e imperiais habitam seu solo de modo heterotópico. Por último, trago duas questões da própria revolução para reclamar Santo Domingo como solo de uma geografia negra.

As formas de insubmissão que a avenida procura controlar desde seu projeto urbano original, replicam imperialidade e colonialidade. Entre os ex-combatentes que conheci, as caminhadas, reuniões, modos de *compartir* digital e analogicamente multiplicam outras maneiras de lembrar da revolução e formas quase imperceptíveis de fazer a cidade.

Entre os escombros da grande fratura

A avenida atravessa toda a cidade de Santo Domingo, distrito nacional. Ela refaz, conforme apresentarei ao longo desta discussão, o traçado do corredor norte-americano, criado durante a ocupação que impediu a revolução de 1965 alcançar seus objetivos. Ela marca a territorialização dos bairros que surgirão a partir dos anos 1970, e liga a capital com outras cidades do interior. De um lado, se parte do rio Ozama, do outro se chega ao extremo oeste da capital, num tipo de “centro cívico”, na Plaza de la Bandera, onde estão a Junta Central Eleitoral e outros prédios públicos.

Existem ambiguidades com relação à avenida conforme o que encontrei durante a pesquisa de campo. Durante as caminhadas e caminhos (às vezes de carro) que fiz, com meus amigos e interlocutores Tirso Medrano e Angel Bievenido “Cuchiro” (*in memoriam*), tive acesso às suas impressões sobre o período de modernização autoritária de Balaguer. É importante explicar, no entanto, que Tirso (advogado e poeta) é o presidente da *Fundación de Solidaridad com los Héroes de Abril* – FUSHA, e Cuchiro foi ex-combatente do comando Villa Consuelo, e era membro da fundação. O presidente da FUSHA era uma criança no período da revolução, mas fez dos conhecidos mais velhos dos bairros onde cresceu (como Villa Consuelo), os sujeitos da fundação que coordena e pela qual divulga as histórias de ex-combatentes em redes sociais (por onde nos comunicamos pela primeira vez).

Foi numa dessas idas e vindas pela cidade de Santo Domingo, com eles, que perguntando sobre Balaguer, e atravessando a Avenida 27 de Febrero, ambos me

comentaram do “desenvolvimento” que o ditador trouxera. Usando a própria avenida como exemplo, eles não sentiam uma incongruência ou contradição em seus entendimentos. Apesar disso, na primeira conversa que tive com Cuchiro ele resumiu os anos do rescaldo revolucionário da seguinte maneira “*Después de la revolución? Nos jodimos todos!*”. Ele se refere às perseguições e aos períodos que teve de se esconder no interior do país, além é claro de negar a participação na revolução de forma sistemática.

A construção da avenida, por sua vez, era central para o controle da população insurreta e dos bairros com focos revolucionários. Inaugurada no dia 16 de agosto de 1971, refazendo o traçado do corredor norte-americano, ela também ocupou parte do terreno do antigo aeroporto General Andrews. Com três faixas em cada lado de seus 40 metros de largura, 5 quilômetros e 400 metros de longitude foi anunciada como um dos grandes logros do “governo constitucional”.

O detalhe do nome ‘governo constitucional’ é importante para que observemos a desfaçatez de Joaquín Balaguer em tentar capturar parte do discurso revolucionário. Essa expressão também foi usada nos dois tomos do livro de comemoração “*Diez años de Gobierno constitucional del Dr. Joaquín Balaguer*” (1976), no qual muitas outras obras por todo o país são expostas. Ainda na inauguração, as forças armadas dominicanas realizaram o primeiro desfile militar desde o fim da ditadura (em 1961), segundo uma reportagem da revista “¡Ahora!”. A parte que conecta a avenida com a ponte Duarte (que atravessa o rio Ozama, ver nos mapas abaixo), tinha até então o nome de avenida “Teniente Amado García Guerrero”. Ela homenageava o homem que fuzilou o ditador Trujillo. Não surpreende que um marco da luta contra o autoritarismo tenha sido apagado com a data da independência – o recurso ao nacionalismo não falha nessas situações.⁴

⁴ Junto às grandes obras, Balaguer operou também um sistema de despolitização das organizações barriais com o oferecimento de equipamentos urbanos para associações ou clubes que não se vinculassem à política. José Ceballos, que analisa essa questão destaca que “El Gobierno entendió a los barrios marginados como trinchera de las organizaciones populares y de los partidos políticos” (1995, p.48).



Imagem 1: Anúncio da inauguração da Avenida 27 de febrero no jornal “Listín Diario”, 15 de agosto de 1971. Archivo General de la Nación – AGN.

Ainda assim, foram os próprios Cuchiro e Tirso que, caminhando comigo na região onde hoje fica a sede da FUSHA (no bairro de San Carlos), explicaram que a avenida alterou o fluxo de pessoas entre os bairros. Era comum, por exemplo, que os tígueres (de Villa Consuelo ou outros bairros) descessem aos bairros próximos da zona colonial para momentos de lazer. A circulação de objetos, pessoas e ideias já não era mais a mesma na região onde uma ocupação espontânea propiciou o levante popular de 1965. Por isso a ambiguidade da avenida.

Uma forma de refúgio a estes efeitos espaciais da avenida na região que meus amigos contaram, vem das atividades da fundação que fazem parte. Em especial, a partilha de histórias de ex-combatentes civis esquecidos ou à mercê das transformações socioeconômicas e políticas. A essa partilha, eu indico que o termo *compartir* em seu

significado em língua espanhola, é a definição êmica para o que eles fazem. Compartilhar no sentido dominicano, não significa só dividir bens, mas também constitui uma forma de estar junto. As caminhadas que fazia com Tirso, ou as saídas com Cuchiro de carro, podiam também ser um compartilhar. É um modo de compartilhar o tempo, que costumava também definir o tempo que passávamos em *colmados* (mercearia/boteco típico da República Dominicana, chamado em Nova Iorque de bodega e semelhante aos quioscos argentinos, ver Krohn-Hansen, 2016). Os *colmados* costumavam ser o destino das conversas e caminhadas. Especialmente porque ali tomávamos uma cerveja e encontrávamos outras pessoas (em geral combatentes) para ouvir suas histórias.

Essa prática, comum aos tígueres velhos, também marcou a sociabilidade em que Tirso cresceu. Era nestes encontros espontâneos que ele encontrava ex-combatentes e, posteriormente, passou (por volta de 2015) a anotar suas histórias para divulgação. Provocado por seus conhecidos para criar algo mais que um conteúdo com curiosidades da história dominicana, ele começou a organizar esses revolucionários dispersos entre os bairros do que hoje é a antiga periferia da cidade. No começo do trabalho da FUSHA, também se tratava de entregar certificados de “Héroes” e agregar membros. E até 2021 Tirso, compartilhava essas histórias nas redes sociais da fundação (sobretudo na plataforma Facebook, fazendo um outro compartilhar) (sobre suas técnicas de verificação ver, Castillo de Macedo, 2021a).

Devido às condições paupérrimas que alguns destes civis ex-combatentes, mulheres e homens se encontram, parte do trabalho da fundação funciona quase como uma sociedade de ajuda mútua. O problema das pensões e da assistência social é o campo de batalha mais premente das suas atividades. Uma corrente de doações é mobilizada todo ano para comprar cestas básicas aos que não têm família ou, em casos mais urgentes, nas doações para compra de remédios⁵. Além das atividades on-line, ele tem também reunido ex-combatentes desde 2022 para encontros e tertúlias no salão de beleza do cabelereiro Jariko Jaspe (também membro apoiador da fundação), localizado na zona colonial (*calle Sanchez*).

⁵ Eu trabalhei diretamente com o caso da combatente Luchy Paredes e as questões que sua experiência traz para pensar a relação de dívida que o Estado Dominicano tem com essas pessoas em outra ocasião (ver Castillo de Macedo, 2021b). O compartilhamento da sua história chegou à uma rede local de televisão, a plataforma YouTube além do próprio Facebook. Mais abaixo comentarei brevemente o caso de Tina Bazuca, como exemplar dos itinerários imprevisíveis do trabalho da fundação.

O escritório da fundação, por sua vez, fica na av. 30 de marzo, numa ladeira que sai da zona colonial em direção aos bairros da antiga periferia. Ela está localizada no bairro de San Carlos, também uma zona revolucionária. Por isso, era comum que Tirso repetisse para mim, enquanto íamos almoçar ou caminhando para resolver alguma pendência burocrática na região, que “todo era guerra” apontando para vários lugares. Era como se esses lugares da cidade operassem como museus a céu aberto. E diferentemente de caminhadas com teor histórico encontradas em Guadalupe (ver, Renou, 2017; e Bonilla, 2011), não tinham uma rota ou uma rotina definida.

Esses encontros e caminhadas não pertencem a um roteiro turístico (distinção importante para o lugar onde ocorrem). A zona colonial, antiga *Ciudad Colonial*, era a própria zona revolucionária junto dos bairros adjacentes, e daqueles que conformam a antiga periferia ao norte. Os muros que demarcavam sua entrada e saída hoje são meras ruínas ignoradas pelo fluxo intenso de pessoas. Nas principais ruas o movimento é de turistas e/ou de guias oferecendo passeios. Fora delas a gentrificação como uma movimentação menos evidente vem ocorrendo nos últimos anos, em especial com as construções mais antigas.

As manchas dessa gentrificação ainda não tomaram toda a região, e, no entanto, elas parecem reiterar uma lógica que já habitou o mesmo solo – de exclusão sistemática da população pobre e negra. Essa convivência heterotópica (no sentido proposto por Foucault, 2013), me permite indicar uma série de acúmulos e talvez repensar a atuação da FUSHA. Relacionar de outras formas os sentidos da cidade colonial e da revolução, pode implicar na demarcação de contracartografias. Por isso, volto ao modo como se conformou a lógica cartográfica dominicana (inspirado por Mezzadra; Nielson, 2017), para explicitar o que ela contém.

Conformando o cenário/sítio

Neste segundo momento, quero caminhar junto à lógica cartográfica para compor e conformar um entendimento a respeito das espacialidades hegemônicas na República Dominicana. Trata-se de expor a fratura colonial e imperial que subjaz a capital dominicana.

A cidade nasce da vila de Santo Domingo fundada em 5 de agosto de 1498 – seis anos após o desembarque de Cristóvão Colombo na ilha de Hispaniola em 1492. É seu irmão, Bartolomeu Colombo, quem funda essa primeira formação na margem oriental do rio Ozama que define e atravessa a cidade. Em 1502, os colonos se trasladam para o outro lado do rio de modo a evitar a vulnerabilidade das construções às intempéries naturais como furacões e terremotos (Mateo Rosario, 2016, p.39). O Fray Nicolás de Ovando, governador do território de 1503 a 1509, define o traçado quadricular ou em tabuleiro/grade que caracteriza as ruas da Zona Colonial até os dias atuais. Esse modelo serviu para outras cidades coloniais latino-americanas, (ver Castellero-Calvo, 1999)⁶.

O aspecto quadricular desta forma urbana impõe quadras de tamanho similar e no centro uma “*Plaza Mayor*” (com a sedes dos poderes político, militar, econômico, religioso e judiciário). Diego Colombo, filho de Cristóvão, se torna Vice-Rei após a saída de Ovando (com dois períodos à frente da administração do território – 1509 a 1514 e 1519 a 1523) e consolida o desenho da cidade. Do século XVII ao XVIII a muralha em torno da cidade colonial de Santo Domingo foi mais que somente um marcador dos seus limites. Era também uma fronteira contra ameaças *cimarronas/maroons*. Isso porque desde a primeira rebelião de escravizados das Américas, ocorrida em 1521 no engenho de cana de açúcar de Diego Colombo, africanos negros libertos passaram a viver no interior da ilha de Hispaniola (ver, Stevens-Acevedo, 2019; e, Guess, 2021).

Muitos deles viviam da caça de gado selvagem (que se multiplicou devido às dificuldades dos primeiros colonos em controlar a precária pecuária dos primeiros anos de ocupação do território). Dessa caça tiravam seu sustento vendendo o couro para corsários e piratas franceses, ingleses e holandeses. Eram chamados de *monteros* (por viverem no *Monte* ou na mata). A verdade é que o século XVII foi marcado por sucessivas tentativas de ocupação do lado oeste do território. Em 1692 o tratado de Riswick definiu

⁶Ainda no século XVII a ilha largamente abandonada pela metrópole espanhola, se tornou um mero anteposto para embarcações que se dirigiam à Caracas ou ao Panamá. O formato amuralhado (como se poder ver acima) foi inspirado nas últimas cidades planejadas do reino de Castilla e Aragão. Antes do desembarque de Colombo, cidades como Puerto Real, Baeza e Santa Fe, na península ibérica, continham um projeto cosmológico próprio. O que chamei em outra ocasião de “Complexo Estado/Igreja” (Castillo de Macedo, 2019), projetava sobre essas cidades seu próprio ordenamento do mundo. Alfredo Castellero-Calvo (1999, p. 208) aponta para o fato de a Carta Puebla de Puerto Real (ou a cartilha do assentamento da cidade) apresentar a sua ideologia urbana como algo próprio ao corpo místico (tomista/aristotélico) do pensamento ibérico (Morse, 2017).

a posse francesa para o que viria a se tornar a colônia de Saint-Domingue, e posteriormente o Haiti.



Imagem 2: Mapa de Santo Domingo Colonial (título *Urbs Domingo in Hispaniola y stadt ST Domingo*, datado de 1670). Archivo General de la Nación, 2017.

O rio Ozama serviu de porto natural para as embarcações e a cidade fortificada contou com a topografia elevada. O terreno era ainda mais alto nas partes da muralha localizadas no interior do território. Fora daquele domínio estavam os “bárbaros, selvagens e libertos”, em sua maioria monteras. A cidade sobreviveu, com essa estrutura, a diversas tentativas de ataque de corsários, piratas e mesmo a ocupação haitiana do lado leste da ilha, duas décadas depois da independência, que durou 22 anos. Após a independência dominicana em 27 de fevereiro de 1844, outro projeto anexionista foi empreendido pelos espanhóis com apoio de uma parcela da oligarquia dominicana e do ditador Ramón Santana. Entre 1861 e 1865 os dominicanos retornaram ao jugo espanhol, desta vez, a guerra pela restauração da independência foi definitiva. Entre o abandono e a violência, sobreviveu a população dominicana.

O médico e escritor Francisco Moscoso Puello, em seu livro autobiográfico “Navarijo”, narra as passagens da cidade que se tornou ruína antes mesmo de ocupar todo o território atual (2015 [1956]). Moscoso Puello conta como era a ocupação em 1883:

Aquel Santo Domingo de Guzmán era una ciudad pequeña, que apenas contaba con quince mil almas. No había alcanzado todavía las murallas que la rodeaban. Entre estas y la verdadera ciudad, se extendía una faja de tierra, cubierta de grama y matorrales, donde pacían libremente los animales domésticos de los vecinos. Por las tardes desenganchaban allí sus carros los carreteros y soltaban sus animales. (Moscoso Puello, 2015 [1956], p.35)

Assim nota-se que a cidade se reduziu ao núcleo amuralhado por alguns séculos antes de se expandir. Boa parte dos novos bairros foram surgindo na virada do século XIX para o XX, junto com transformações substanciais na economia política dominicana. A segunda metade do século XIX ainda foi marcada por diversos confrontos entre as forças de terratenentes, produtores de tabaco e gado (a cana de açúcar chegou tardiamente no país enquanto commodity)⁷. O estado de crise constante, instaurado pela instabilidade política também se refletia na economia dominicana, completamente endividada. Foi com a justificativa de cobrar dívidas insolúveis que a marinha norte-americana ocupou o lado dominicano da ilha (de 1916 a 1924), um ano após ter ocupado o Haiti. Os estadunidenses não só passaram a administrar toda a ilha, como delimitaram *de facto* a divisão fronteiriça entre os dois países com postos alfandegários, e estabeleceram forças policiais e o exército para ambos. Muitos dominicanos foram treinados entre os rangos militares estadunidenses durante esse período. Um deles se destacou na carreira militar, e ao final da ocupação, em 1924, passou a figurar como personagem importante do exército dominicano. Trata-se de Rafael Leónidas Trujillo.

O ditador que chegou ao poder após um golpe de estado em 1930, se viu em meio a uma oportuna catástrofe no início de seu mando. O furacão San Zenon devastou a cidade de Santo Domingo em 1933. Robin Derby descreve esse momento como estratégico para que se forjasse uma aliança entre Trujillo e a oligarquia dominicana (2009, p.86). Em especial, o ditador atendeu aos pedidos das famílias oligarcas que frequentavam o centro

⁷ Nas análises de Sidney Mintz (1985) e Juan Bosch (1985), a explanação sobre a chegada tardia da plantation de açúcar, tão característica da região do Caribe, é especificada por dois pontos principais. Primeiro que houve tentativas rudimentares de produção de açúcar ainda no século XVI, como é o caso da propriedade de Diego Colombo; e, segundo que pela deficiência tecnológica e desimportância estratégica na geopolítica imperial espanhola, a produção de açúcar se estabeleceu em outros lugares (ou ilhas) onde os espanhóis se estabeleceram (como Porto Rico e Cuba).

da hoje zona colonial – o Parque Colón (Colombo em espanhol). Essa praça central foi tomada por indigentes e famílias pobres que viram suas casas de teto de zinco destruídas pelo furacão. Ao terminar de reconstruir a capital dominicana, depois de criar bairros, mais afastados para a população pobre (como o bairro de Mejoramiento Social), e controlar essa população com a polícia nacional, a cidade foi renomeada Ciudad Trujillo. O nome perdurou até 1961, quando o ditador foi assassinado (ou ajusticiado).

Nas três décadas de estabilidade autoritária, a figura do tiguere se estabeleceu enquanto parte da paisagem urbana de Santo Domingo. Se nos seus primeiros registros ela remetia de forma individualizada aos ‘pobre diablos’ (ou vadios) que perambulavam pela capital, sua imagem passou a ser atrelada aos grupos de jovens da periferia. No crescimento desigual e modernizador proposto por Trujillo, se forjou boa parte da identidade nacional dominicana. Por outro lado, o tigueraje se disseminou como modo de existência diante das condições politicamente opressoras que ele estabeleceu. A nova/velha Santo Domingo, reestabelecida em 1961, continha as formações imperiais e coloniais nas mais diversas configurações possíveis (McGranahan; Stoler, 2018; e Ferdinand, 2022).

Era uma conformação que envolvia desde o desenho da cidade, passando pela exclusão sistemática de corpos negros dos centros de poder (e da identidade nacional dominicana), até a pequena expansão fabril, nas margens do rio Ozama, ao norte da cidade colonial amuralhada, ou na outra margem, em Santo Domingo Este (leste). O espírito católico e espanhol da cidade (incutido na colonização), os costumes militaristas adquiridos durante a ocupação imperial estadunidense de 1916, a sanha autoritária de trinta anos com Trujillo no poder, conformaram a grafia oficial da vida na cidade. Os tígueres, no entanto, parecem oferecer uma outra forma de ser e estar lá.

Santo Domingo como um território geográfico negro

Um episódio específico que ocorreu durante o período revolucionário parece revelar um entendimento das táticas e estratégias tígueres como uma forma de saber que reconhece a sua própria racialização. Destaco também, que as conexões que essa estratégia enseja contêm uma espacialidade que evidencia uma espécie de contracartografia.

Trata-se do envio de uma carta aos soldados negros norte-americanos, redigida por combatentes dominicanos e intitulada “*Listen American Soldier*” (Ouça soldado americano). Ela foi enviada em meados de junho de 1965, e passou a ser divulgada pela reportagem feita pelo jornalista negro Laurence Henry para a revista de contracultura “*The Realist*”. Em sua reportagem Henry descreve como teve acesso a um dos comandantes das forças revolucionárias, Ramón Montes Arache. Primeiro apresentando-se como parte da imprensa negra americana, e segundo, mostrando fotos suas com Martin Luther King Jr. Sammy Davis Jr. e Malcom X. Graças as fotos, pôde chegar sem maiores dificuldades para uma conversa com Montes Arache. O comandante foi instado a comentar a realidade social dominicana, e respondeu que boa parte da desigualdade dominicana estava marcada pelas diferenças raciais entre brancos e negros. É importante levar em conta que Montes Arache viveu parte de sua vida (em treinamento militar) na capital estadunidense.

Por isso, ainda que sua leitura estivesse correta, havia algo de estratégico nela. No mesmo comentário, ele fala do racismo que presenciou nos Estados Unidos e que a República Dominicana vivia crises políticas desde o século XIX, num território menor que a Virgínia do Oeste (estado norte-americano). Para ele era problemático ter que trocar tiros com “irmãos negros do outro lado das barricadas”. Inclusive, foi nessa toada que a entrevista com ele começou – quando afirmou que a chegada do exército imperialista fora interpretada pelos revolucionários como um gesto neutro, notando que a maioria dos soldados eram negros. No entanto, colocou ele, “descobrimos que nossos irmãos negros dos Estados Unidos vieram para nos matar” (Henry, 1965, p.18). Assim, mais do que um posicionamento anti-racista, fica claro que Montes Arache dominava a linguagem política dos movimentos negros estadunidenses.

O conteúdo da carta, demasiado extenso para a reprodução completa, traz entre outras coisas, a defesa da democracia dominicana e situa os comandantes militares contrarrevolucionários dominicanos como fascistas. Chamo a atenção, no entanto, para o trecho em que os dominicanos convocam os soldados norte-americanos como irmãos: “Soldado Negro Americano: Nós somos seus irmãos. Nós temos a mesma cor. Abra seus olhos Soldado Negro Americano”. A esse ponto segue a menção à lugares da memória recente daqueles soldados, como Selma, Little Rock e Mississipi no Alabama. A carta ainda aponta que “Os mestres brancos” os enviaram para que esquecessem suas famílias

no “deep South” (sul profundo). Ora, aqui as lutas pelos direitos civis são mobilizadas como solo comum entre os soldados negros e os revolucionários dominicanos. O jornalista Laurence Henry reforça essa imagem com a visão de um dos soldados negros norte-americanos, Jonas Dull, numa carta para sua companheira, onde comenta entre outras coisas que: “esse lugar é outro Alabama.” (Henry, 1965, p.21).

Essa percepção do soldado, além de ser resultado da própria estratégia mobilizada pelo tigueraje, oferece um caminho para observar as contracartografias produzidas na e pela experiência da revolução de 1965. Tais marcadores de espaço, lugar e territorialidades não se inscrevem somente no plano físico-geográfico. Falam da experiência coletiva da diáspora africana produzida pelo tráfico de viventes e suas consequências. A constituição de corpos matáveis fabricada pela lógica necropolítica, corpos inscritos na terra, na cartografia colonial e imperialista, orientada pelos objetivos da plantation (Ferdinand, 2022; Mbembe, 2018; McKittrik, 2013). A forma como ela se instância dentro das narrativas da nacionalidade dominicana é revolucionada por outro componente oposicional de 1965.

Me refiro ao comando de haitianos que ofereceu apoio à revolução dominicana. Intitulado “*Comando Armería*”, composto por um grupo de militares que planejava a derrubada de Papa Doc (ditador haitiano da época), eles se ofereceram para consertar e regular as armas roubadas pelos revolucionários de 65. O inaudito desta experiência está em se traçar duas formas de solidariedades transnacionais sem sair da própria capital. As imaginadas “fronteiras da dominicanidade”, Estados Unidos e Haiti (García-Peña, 2016), são transpassadas por esse movimento.

Ainda assim, apesar do movimento astronômico do giro revolucionário fabricar brechas e frestas na narrativa nacionalista que foi burilada por trinta anos, o projeto imperial de sustentação da fronteira/fratura já havia se consolidado. Os norte-americanos deram cabo à “*Operation Blue Chip*” na madrugada de 2 de maio de 1965. Através desta, conseguiram abrir caminho dentro do território revolucionário para que os contingentes que chegavam de helicóptero pudessem atravessar a cidade. Na imagem 3 abaixo, a linha mais forte marca o “corredor norte-americano”.

Além da marcação do traçado até o “Hotel Embajador” onde estavam alguns civis norte-americanos e jornalistas da imprensa internacional, o corredor faz o desenho inicial do que virá a ser nos anos seguintes, o projeto da Avenida 27 de Febrero. O período de

doze anos no poder de Joaquín Balaguer, lhe permite consolidar o assentamento de uma República Dominicana dobrada aos interesses do capitalismo e seus desenvolvimentos neoliberais.

Na discussão desenvolvida por James Tyner a respeito da relação entre revoluções urbanas e o radicalismo negro (2007, p.226), o autor desenvolve a ideia de *separatismo comunal*, como algo central para o rompimento do *Black Power* com os movimentos pelos direitos civis. Inspirado nas ideias de Malcom X, H. Rap Brown e Huey Newton, ele oferece uma abordagem das propostas não integracionistas de imaginação da cidade norte-americana. Talvez não seja demais especular a possibilidade de que comunidades semelhantes pudessem surgir na Santo Domingo revolucionária caso os soldados negros norte-americanos tivessem escutado seus irmãos dominicanos.

Outras formas comunitárias existiam na cidade, sem a marca da racialização anglófona de segregação, se tratava do próprio tigueraje. Não obstante, nos acontecimentos subsequentes o que se viu foi um esmagamento das possibilidades de revolta popular. Esse processo se deu de várias formas, mas a grande fratura temporal e espacial se concretizou através da construção da Avenida 27 de Febrero.

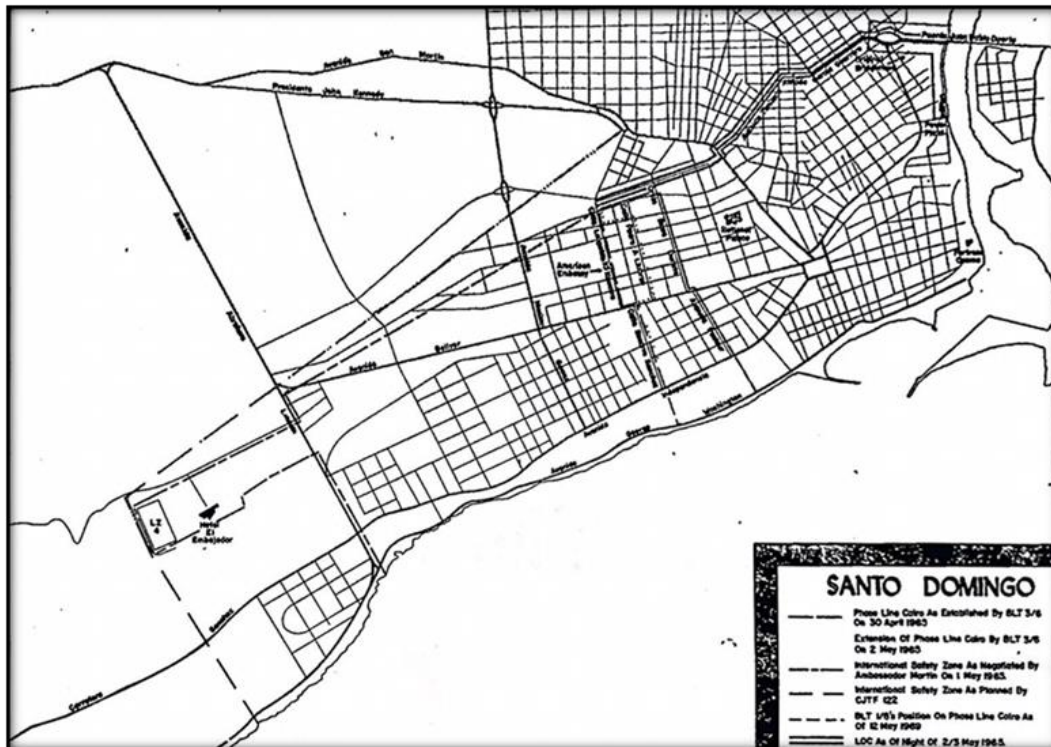


Imagem 3: Mapa da “Operation Power Pack”, ou o conjunto de atividades contrarrevolucionárias. Fonte: Ringler; Shaw Jr. 1970.

Os bairros marcados em azul na Imagem 4 abaixo, indicam lugares controlados pelos revolucionários. O corte seccional feito pelo então corredor teve um impacto fulminante para a luta. Nos dias 15 e 16 de junho, a “Operación Limpieza” levada a cabo pelo general Antonio Imbert Barrera, expulsou os comandos de tígueres de Villa Consuelo, Mejoramiento Social e Villa Francisca. No limiar entre San Carlos e San Miguel, eles resistiram nesses territórios por mais alguns meses até o fim oficial do conflito. Os projetos de solidariedade internacional e liberdade civil, não sobreviveram ao período de perseguições iniciado por Balaguer que durou até 1978. Quando este temporariamente deixou o poder (voltaria oito anos depois em 1986), a configuração social que propiciou a revolução já estava em ruínas. E, no entanto, durante meu campo com ex-combatentes, conforme demonstrei acima, algumas formas de caminhar e compartilhar me interpelaram enquanto modos de manutenção dos futuros-passados projetados pela revolução.



Imagem 4: Mapa contemporâneo de Santo Domingo recortado com a área ocupada pelos revolucionários. Autor, 2021.

Não deixa de ser curioso que James Tyner comece sua reflexão falando da diferença entre as representações de espaço e os espaços representacionais, presente nas reflexões de Henri Lefebvre (1991, p.31). A diferença entre o planejamento urbano do período autoritário, com o contemporâneo que abriga ruínas e destroços da história de consolidação do neoliberalismo junto a estes pequenos espaços de insubmissão, está nas possibilidades que se apresentam. Na passagem dos anos 1970/1980 a miséria econômica e a brutalidade política pareciam insuperáveis nas representações de espaço monumentais (como a construção do *Faro a Colón* que só foi concluída nos anos 1990). O que se tem com iniciativas como as da FUSHA, são pequenos abrigos (ou refúgios) dentro da maior metrópole do Caribe. De modo que a cidade continua operando de forma colonial (no sentido da segregação já apontada por Fanon, 2013, p.55), e contém as formações imperiais no seu traçado (Stoler, 2013; Ferdinand, 2022), mas nem essas forças conseguem impedir as astúcias do tigueraje, ainda vivo nos colmados dos bairros da antiga periferia.

Tina Bazuca (1937-1996), uma combatente a quem Tirso não conheceu pessoalmente parece personificar as potencialidades das atividades da fundação. Ele foi um dos primeiros a resgatar seu nome de um esquecimento oficial, afinal nas conversas com ex-combatentes sempre se ouvia o nome dela. Interessado, criou as primeiras versões de textos sobre ela em um blog (pré-fundação). Levou essa história para a página da FUSHA no Facebook, foi copiado, corrigido, e finalmente conheceu a filha de Tina Bazuca⁸. Através dela pode acessar a história de como essa mulher negra dominicana havia sido um símbolo para quem estava nas linhas de frente da batalha. Uma tiguera, nascida na região fronteira, moradora de Villa Consuelo, foi perseguida, abandonada, emigrou para Porto Rico, voltou e foi presa nos anos 1970. Mais uma vez liberta, migrou para os Estados Unidos e voltou, ao final da sua vida, para Dajabon sua cidade natal, onde faleceu em 1996.

⁸ Os diversos caminhos da aproximação de Tirso com a história de Agustina Rivas são detalhados na minha tese (2021a). A qualidade dos materiais permitiu que eles fossem utilizados também no trabalho de García-Peña (2022). No entanto, é importante destacar que Tirso foi corrigido pela versão errada que gerou o vínculo da imagem de uma menina branca com um fuzil (que hoje estampa a cerveja Tina Bazuca), e a apropriação sem citação de seu trabalho, por um cineasta dominicano, José Maria Cabral, que fez um filme sobre a revolução. Sua produção mais recente é um filme sobre tigueraje.

A história que circulou nas redes, foi reapropriada muitas vezes, mas acabou também formando parte da reflexão da pesquisadora afro-dominicana Lórgia Garcia Peña (2022) sobre negritudes transnacionais. Tina Bazuca foi imortalizada espacialmente com o nome em um dos bancos do *Parque Memorial de la Resistencia* em 2020.

Comentário final e outras imagens

Ainda é difícil “concluir” algo sobre as espacialidades revolucionárias! Os efeitos contrarrevolucionários ficam claros nas representações de espaço do planejamento urbano dominicano. Eles persistem. Mas, conforme procurei demonstrar ao longo dessa reflexão, os tígueres compartilham conhecimentos sobre lugares e suas histórias. Se reúnem em espaços que lhes permitem recontar seus feitos revolucionários. Como eles se movem entre as fraturas é o que fica opaco (ou deve ficar opaco – considerando a ideia de opacidade de Édouard Glissant, 2006). O objetivo da luta contemporânea destes ex-combatentes é o reconhecimento pela participação na revolução e o acesso a uma previdência social digna. Enquanto não chegam a essa meta, se apoiam uns nos outros, fazendo e refazendo caminhos de modo tíguere.

Por isso, como forma de conclusão, compartilho outras imagens que produzi e fotos de lugares, procurando aproximar essas inscrições de visualidades mais acessíveis (considerando as possibilidades propostas por Bonilla e Hantel, 2016).



Sobreposição dos mapas e suas linhas – o traçado em vermelho marca a avenida; as linhas em verde (acima da avenida em Villa Consuelo, abaixo em San Carlos) são caminhos de Tirso e Cuchiro; a linha azul, caminho da marcha da FUSHA pela Calle Conde, principal rua da zona colonial; pontos azuis, escritório da fundação e o salão de Jariko Jaspe; ponto amarelo, palácio da presidência. Fonte: Autor, 2023.



Foto: Alguns Integrantes da FUSHA no final de sua marcha no dia 24 de abril de 2019 na Calle El Conde. Fonte: Autor, 2019.



Foto da Fachada da FUSHA. Fonte: Acervo do Autor, 2019.

Referências Bibliográficas

- Agier, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana – Revista de Antropologia*. 21(3):483-498, 2015.
- Andrews, Kyrstin Mallon. 2019. Of Fish and Men: Encounters of Tigueraje in Dominican Seascapes. Presented on the Gender, Sexuality and Race in Hispaniola Panel of the 6th Slaca Spring Conference, Santo Domingo, RD.
- Bakhtin, Mikhail. *Teoria do romance II*. As formas do tempo e do cronotopo. São Paulo: Editora 34, 2018.
- Bonilla, Yarimar. The past is made by walking: Labor Activism and Historical Production in Postcolonial Guadeloupe. *Cultural Anthropology*, v.26, n.3, pp.313. 339, 2011.
- Bonilla, Y. & Hantel, Max. Visualizing Sovereignty: Cartographic Queries for the Digital Age. *Small Axe*, SX Archipelagos, a journal of Caribbean digital praxis, v.1, n.1, 2016b.
- Bosch, Juan. *Capitalismo Tardío en la República Dominicana*. Santo Domingo: Editora Alfa y Omega, 1986.
- Castillero-Calvo, Alfredo. 1999. The city in the Hispanic Caribbean, 1492-1650. In.: Emmer, Pieter. *General History of the Caribbean: Volume II, New Societies in the long sixteenth century*. London: Unesco/Macmillan Education, pp. 180-201.
- Castillo de Macedo, Victor Miguel. *As multiplicidades dos Héros de Abril: tempos, historicidades e modos de fazer ex-combatentes da Revolução de 1965 na República Dominicana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional -PPGAS, Rio de Janeiro, 2021a.
- Castillo de Macedo, Victor Miguel. Dom e reparação no capitalismo tardio da República Dominicana. *Anais do 45º Encontro da ANPOCS*. GT- Etnografias do Capitalismo, 2021b.
- Castillo de Macedo, Victor Miguel. Velas e Velones: sobre estética e materialidade na República Dominicana. *Campos*. Revista de Antropologia, Curitiba, v. 20, n.1, pp.55-79, 2019.
- Ceballos, José. Organización y movimientos barriales. Sujetos y actores sociales. *Estudios Sociales*, 28(102), 41-63, 1995.
- Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- Chetty, Raj; Rodríguez Amaury. Introduction. *The Black Scholar*, v.45, n.2, pp.1-9 2015.
- Cordero, Margarita. *Mujeres de Abril*. Santo Domingo: Academia de la Historia Dominicana, 2015 [1985].

- Collado, Lipe. *El Tiguer Dominicano*. Santo Domingo: Universidad Autónoma de Santo Domingo, 1981.
- Derby, Lauren (Robin). *The Dictator's Seduction: Politics and Popular Imagination in the Era of Trujillo*. Durham: Duke University Press, 2009.
- Fanon, Frantz. Sobre a violência. In: *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013, pp.49-115.
- Ferdinand, Malcom. *Uma ecologia decolonial. Pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- Foucault, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*. Vol. 27(79):113-122, 2013.
- García-Peña, Lórgia. *The borders of Dominicanidad: race, nation and archives*. Durham: Duke University Press, 2016.
- García-Peña, L. *Translating Blackness: Latinx colonialities in global perspective*. Durham: Duke University Press, 2022.
- Gil, Leopoldo Artiles. Los diez años del Dr. Joaquín Balaguer, 1986-1996: la dialéctica entre la inercia y la transformación. In.: *Historia General del Pueblo Dominicano*. Tomo VI. Santo Domingo: Academia de la Historia Dominicana, pp. 455-498, 2018.
- Gleijeses, Piero. *La esperanza desgarrada: La rebelión dominicana de 1965 y la invasión norteamericana*. Santo Domingo: Editora Búho, 2011.
- Gregory, Steven. *The Devil Behind the Mirror: Globalization and Politics in the Dominican Republic*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- Gobierno Constitucional. *Diez años de Gobierno Constitucional del Dr. Joaquín Balaguer*. Santo Domingo, 1976.
- Guess, Allison. Sixteenth-Century Hispaniola: A Hidden Geography of Solidão. *Women's Studies Quarterly*, 49, 2021
- Gupta, Akhil & Ferguson, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In.: Arantes, Antonio. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Ed. Papius, 2000.
- Henry, Laurence, “Report from the Dominican Republic,” *The Realist*. No 60 (junho 1965), pp. 20–21. Disponível em: <http://www.ep.tc/realist/60/01.html>. Acesso em 13 de agosto de 2020.
- Koselleck, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In.: *Futuros Passados: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, pp. 41-60, 2006.

Krohn-Hansen, C. Masculinity and the Political among Dominicans: 'The Dominican Tiger'. In: Melhuus, M.; Stølen, K.A. *Machos, Mistresses, Madonnas: Contesting the Power of Latin American Gender Imagery*, edited by and, London: Verso, pp.108-133, 1996.

Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

Mateo Rosario, Grace. 2016. *Leyes del Patrimonio Historico Cultural del Centro Historico de Santo Domingo en la República Dominicana*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas, RS, Universidade Federal de Pelotas.

Mbembe, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Mintz, Sidney. *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1985.

McKittrick, Katherine. Plantation Futures. *Small Axe*, n.42, novembro, 2013.

Moreno, José. *Barrios in Arms: Revolution in Santo Domingo*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970.

Moscoso Puello. Francisco. *Navarijo*. Santo Domingo: Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2015 [1956].

Morse, Richard. 2017. Prolegômenos para a história urbana da América Latina. In.: Domingues, Beatriz Helena (org.). *Cidade e Cultura Política nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp.147-193.

Ramírez, Dixa. *Colonial Phantoms. Belonging and Refusal in the Dominican Americas, from the 19th Century to the Present*. New York: New York University Press, 2018.

Renou, Mariana. *Associações políticas e culturais nas ilhas de Guadalupe: lembranças do passado, reparações e construção de si*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2017.

Ringler, Major Jack K. & Shaw jr., Henry. *U.S. Marine Corps Operations in the Dominican Republic April-June 1965*. Occasional Paper, Historical Division U.S. Marine Corps, Washington D.C. Headquarters, 1970.

Scott, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 5, pp.217-243, jan./jul. 2011 [1985].

Stevens-Acevedo, Anthony. *The Santo Domingo Slave Revolt of 1521 and the Slave Laws of 1522: Black Slavery and Black Resistance in the Early Colonial Americas*. CUNY – Dominican Studies Institute. Research Monograph, 2019.

Stoler, Ann. (ed.) *Imperial Debris: On Ruins and Ruination*. Durham, NC: Duke University Press, 2013.

Stoler, Ann; McGranahan Carole. Afterword. Dissemblage: Rethinking U.S. Imperial Formations. In.: McGranahan, Carole & Collins, John. *Ethnographies of U.S. Empire*. Durham: Duke University Press, 2018, p.477-491.

Tyner, James. Urban Revolutions and the places of Black Radicalism. In.: McKittrick, Katherine; Woods, Clyde. *Black Geographies and the Politics of Place*. Toronto: Between the lines; Cambridge: South End Press, 2007, pp.218-233.

Wagner, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].